

## “Habitares” dos espaços rurais\*

Carmina Cavaco<sup>1</sup>

«O nosso entendimento dos problemas é, quase sempre, precário e recorrente.  
A realidade será sempre mais complexa do que as intuições ou os conceitos da razão»  
(A. Covas, 1999).

### 1. Ponto de partida: 3 notícias, entre muitas outras, e os contornos do conceito.

#### I. Os portugueses são os campeões europeus da segunda residência.

«Há uma casa de férias por cada 3,5 residências permanentes. 1/5 dos 5 milhões de alojamentos têm carácter sazonal; em média, uma em cada 4 famílias possui uma segunda habitação, quase tanto como em Espanha e o dobro do que se verifica nos países mais ricos e desenvolvidos como a França, Finlândia ou Estados Unidos; no Reino Unido a primeira habitação representa cerca de 97% do universo de alojamentos.»

A conclusão do estudo (A. Manzoni Sequeira, ANEOP) retomado pelo jornalista autor da notícia, é a de que a riqueza efectiva do país é muito superior à que transparece das estatísticas oficiais; e que esta riqueza patrimonial traduz uma riqueza oculta que o PIB não reflecte, tendo uma correspondência real e palpável na vivência das famílias. A segunda habitação pode ser transformada em numerário e utilizada em consumo ou investimento, aumentando proporcionalmente o seu poder de compra.

Afirma-se, inclusivamente, que esta rede alargada de casas sazonais se traduz numa vantagem competitiva, ao aumentar a mobilidade da população activa e contribuir para uma rápida difusão de diferentes formas de trabalho, no âmbito das novas tecnologias. Nesta perspectiva, destaque ainda para a juventude do parque habitacional, bastante mais acentuada do que a dos seus congéneres europeus, o que o torna mais valioso: é um parque razoavelmente jovem, moderno e bem conservado. E assim, autor e jornalista concluem: não obstante termos os salários mais baixos da UE 15, somos os mais ricos em termos imobiliários» (adaptado de Abílio Ferreira, Expresso, 04/03/06).

Será ou não correcta esta leitura abrangente, apressada e bastante optimista dos dados do último Recenseamento no que se refere a alojamentos?

---

<sup>1</sup> Professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conferência proferida no Colóquio de Homenagem à Prof. Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, 28 de Maio de 2004.

## II. Póvoa Dão renasce como aldeia turística

«A quinta de Póvoa Dão, freguesia de Silgueiros, a cerca de 15 quilómetros de Viseu, remonta a 1186. Foi comprada pelos actuais proprietários em 1995, então quase totalmente em ruínas e habitada apenas por três idosos, de que resta um casal, ele com 79 anos. Em 1998 foi recuperada a casa deste casal e depois 32 outras casas, com tipologias T1 a T4, funcionais e com TV por cabo, mas respeitando a traça e os materiais originais – granito, madeira e telha de canudo; paralelamente, foram também construídos, além da piscina, um campo de ténis, um bar e um restaurante, e abertos os acessos ao rio. As casas destinam-se à comercialização e ao Turismo de Aldeia. Nos objectivos do projecto foi incluída a recuperação das tradições locais: desfolhada, vindimas, bailes de rua, serões à lareira» (adaptado de Público, 04/05/15).

Surge a interrogação: Póvoa Dão renasce de facto como aldeia? Quem vão ser os seus habitantes? Que relações vão estes desenvolver entre si e com o velho Agros? Reconstituírem-se à uma comunidade local?

## III. Projecto Terras do Grande Lago-Alqueva

«Este projecto visa promover a recuperação ambiental e patrimonial de 18 aldeias ribeirinhas, de modo a torná-las mais atraentes e bem tratadas ao nível de espaços públicos, fachadas das habitações e entradas das aldeias, recuperando-as e colocando-as ao serviço do turismo. Compreende também a criação de parques de estacionamento, instalações sanitárias, condições de uso balnear, pesca e actividade náutica: cais com marinas; canoagem e motonáutica. No essencial, procura-se desenvolver um turismo residencial ou de segunda residência de alta qualidade, orientado sobretudo para turistas oriundos de países nórdicos: condomínios fechados; campos de golfe; turismo de saúde (adaptado de Público, 04/05/25).

Será realista pretender transformar a área envolvente de Alqueva num destino turístico de excelência para nichos de clientelas bem informadas, exigentes nas suas escolhas territoriais, com elevado poder aquisitivo e com muitas opções alternativas?

## IV. Conceito de habitar/relações com o lugar e com os outros

Consultemos alguns vocábulos no Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora:

Habitar: residir ou viver em; estar domiciliado; morar/permanecer em; estar em; ocupar; frequentar

Residir: do latim *residere*, ‘repousar’, ou seja, proporcionar descanso, sossegar, pousar, parar, hospedar-se; morar; estar; manifestar-se; consistir; fazer-se sentir

Residente: do latim, ‘que repousa’

Domicílio: casa de residência; habitação; lugar onde alguém tem a sua residência permanente; localidade onde se tem a residência; lugar onde se exerce qualquer direito ou função

Consultemos também vocábulos equivalentes no Petit Larousse:

Habiter: faire sa demeure en un lieu, demeurer, vivre

Habitant: personne qui reside habituellement en un lieu

Habitat: ensemble de faits géographiques relatifs à la residence de l' homme (forme, emplacement, groupement des maisons: habitat rural; habitat urbain)

Résider: être établi en quelque endroit

Résidence: demeure habituelle dans un lieu déterminé; la résidence ne coincide pas toujours avec le domicile legal

Demeurer: avoir son domicile; rester; s'arrêter

Domicile: maison; demeure ordinaria, le plus souvent d' une personne; résidence habituelle

O habitar um espaço envolve pois frequênciação, presença, permanência, e também descanso, algum direito sobre o mesmo e o fazer-se sentir; no caso do espaço rural, tais condições são relativas aos campos, por oposição às vilas e às cidades, os espaços urbanos.

## 2. Mobilidades nas sociedades modernas

O mundo moderno é marcado pelo contínuo aumento da velocidade e da capacidade dos meios de transporte e de comunicação, que relativizam distâncias físicas e espaços, globalizam mercados (nomadismo de bens e serviços), estimulam a crescente mobilidade de populações, ainda fundamentalmente sedentárias, e multiplicam tempos e espaços de vida. Esta tendência à mobilidade espacial/geográfica vai alargando-se ao conjunto da população, e ganha sentido desde já a hiper-mobilidade de alguns segmentos das sociedades mais desenvolvidas e abastadas.

A mobilidade actual das populações apresenta, por outro lado, uma grande diversidade de formas, nomeadamente as deslocações quotidianas induzidas pelo trabalho ou pelas compras, as devidas aos lazes de fim-de-semana e as associadas às férias, com destaque para as deslocações turísticas, tanto internas como internacionais; note-se que nos países mais desenvolvidos e livres estas últimas envolvem anualmente cerca de 2/3 da sua população.

A alternância dos grandes usos do tempo (tempo de trabalho; tempo de repouso, de lazer e de turismo) alarga por si só os espaços de vida e aparece como uma forma não apenas de recuperar forças físicas e capacidades de retorno ao quotidiano, como também de gerar compensações da pobreza cultural e social de muitos quotidianos pessoais. Podemos sintetizar esta nova realidade numa tendência de compartimentação da vida moderna entre dois espaço-tempo: o da primaridade e do quotidiano; o da secundaridade, marcado pelo afastamento das condicionantes do dia a dia, autonomia, liberdade, certa indeterminação afectiva e comportamental, e também outras relações sociais e actividades lúdicas diversas.

Alguns grupos populacionais desenvolvem, por sua vez, modos de vida bastante móveis, quase itinerantes, incidentes em lugares múltiplos, de que se apropriam de modos particulares, lugares que são também territórios de Outros, muitos destes dotados de bem menor mobilidade e com outras práticas do seu espaço/território, podendo desencadear conflitos de vária ordem. Por isso, alguns autores sublinham a necessidade duma aprendizagem da mobilidade espacial, no que concerne à relação com os outros (e também na relação com o próprio).

Neste quadro complexo de mobilidades, importam-nos preferencialmente nesta intervenção as mobilidades claramente dissociadas do trabalho. O aumento dos tempos livres e o das mobilidades do tempo livre e o aumento dos tempos de vida dos reformados

acentuaram as muitas possibilidades de evasão ritmada. A mobilidade espacial converteu-se em elemento de realização pessoal e desenvolvem-se formas de zapping turístico, com fraccionamento das férias, que se tornam mais numerosas, mais curtas e mais deslocalizadas. Ao mesmo tempo vão sendo secundarizadas as formas tradicionais de vilegiatura.

Os dados dos recenseamentos decenais da população (INE), centrados nas residências habituais, são, por tudo isto, claramente insuficientes para apreender os habitares e as densidades demográficas, tanto nos espaços urbanos como nos meios rurais, pelas suas dinâmicas a diferentes escalas temporais e espaciais. As residências secundárias que aqueles referem, indiciam formas complexas e evolutivas de «habitar». Mas estas formas tendem cada vez mais a envolver vários alojamentos situados em espaços diferenciados e mais ou menos distantes, que são ocupados com periodicidades e tempos mais ou menos desiguais, e sem sazonalidades acentuadas.

Nas diversas formas de mobilidade inter-residências relevam-se as mudanças regulares, semanais, quinquenais ou mensais, que ocorrem dentro do mesmo país ou da mesma região. Pela novidade, destacam-se porém as mobilidades permanentes, contínuas, entre várias residências, todas igualmente principais ou secundárias, afirmando-se a condição de ‘sem residência fixa’. Por isso alguns autores sublinham a existência de uma fase de transição nas mobilidades, que seria actual, e que conduzirá a uma mobilidade generalizada no tempo e no espaço, sem distinção entre residência principal e secundária, embora não necessariamente com acentuado alongamento das distâncias percorridas.

Na continuação da mobilidade, a fragmentação e a recomposição permanentes dos espaços de vida, alargados, diversificados, tornados múltiplos, por parte dos urbanos mas também de rurais, leva à perda da identidade entre o homem e o solo e à renovação do sentido dos lugares e da prática dos mesmos; por isso mesmo, também aumenta o sentir da necessidade de pertença a um território de referência estável, o local, necessidade particular, individual, subjectivada e identitária. Na verdade, a identidade não se herda, não é eterna, constrói-se, é evolutiva e sujeita a influências globais.

### 3. Novas dinâmicas residenciais agro-rurais

As sociedades regionais e locais, sobretudo nas áreas do interior norte e de fronteira, ainda mantêm forte ligação à agricultura, mesmo se as economias das famílias agrícolas são largamente sustentadas por receitas com proveniências externas às suas explorações e ao próprio sector. Estas regiões correspondem em larga medida às que apresentavam, em 2002, valores mais baixos do indicador per capita do poder de compra, bem como reduzidas densidades populacionais, saldos migratórios negativos, acentuado envelhecimento demográfico e nalguns casos mais críticos, continuação dos processos de despovoamento e riscos acentuados de desertificação humana total.

Para a inversão destas situações não bastam a continuação dos múltiplos subsídios comunitários nem as soluções agrícolas e silvícolas mais simples, a melhoria dos quadros de vida ou o desenvolvimento da economia social de modo a assegurar a necessária oferta de bens e de serviços básicos, mesmo se móveis. Os níveis demográficos mínimos, que atenuem o isolamento social e garantam clientelas e consumos, exigem a atracção e fixação de população, pelo menos em parte adulta e jovem, com capacidade de iniciativa e trabalho, nacional ou mesmo imigrante, a diversificação das bases económicas activas e a reafirmação da multifuncionalidade das áreas rurais.

Note-se, aliás, que o apelo da terra, das paisagens campestres, dos ambientes sociais e dos ritmos de vida das aldeias faz-se sentir entre alguns cidadãos de raiz, levando-os à

eleição de espaços rurais para fixação das residências permanentes, quase sempre espaços acessíveis, infraestruturados e relativamente próximos de centros urbanos, que desse modo podem conhecer inversões demográficas significativas.

Apenas dois exemplos, bem diversos, referentes a Trás-os-montes e às serras do barlavento algarvio:

«A cerca de dois quilómetros da cidade de Mirandela, entre os rios Tuela e Rabaçal, encontra-se a aldeia de Chelas, uma povoação que esteve à beira da desertificação e que neste momento ganhou novo alento com a chegada de novos moradores. Na realidade, aos 10 habitantes que restavam em Chelas juntaram-se mais 40. Para muitos, a procura de uma casa no campo com a contrapartida de ficar a morar perto da cidade foi a principal razão da opção de viver numa aldeia. A reconstrução de casas em ruínas tem sido a solução pela qual optaram muitos dos novos habitantes de Chelas» (D.N., 04/01/17).

«Nas últimas décadas, a costa vicentina e a vizinha serra foram um santuário para hippies alemães e holandeses que vinham para Portugal viver os últimos anos de uma vida dourada fora da civilização. Embrenharam-se na serra, reconstruíram toscamente ruínas e viveram a sua vida quase sem contactos com o mundo exterior e com os vizinhos algarvios. Formam, ainda hoje, uma comunidade à parte (...), pouco empreendedores e pouco dados ao negócio, vivem das pensões dos seus países (...). Estima-se que só no concelho de Aljezur existam 500 estrangeiros residentes, o equivalente a 10% da população (...). São hóspedes passivos que procuram o mais que podem o recato» (T. Miguel, Expresso, 02/08/10).

A população agrícola e rural, mesmo a de condição humilde, é quase sempre proprietária de algumas das parcelas que cultiva e da casa que habita. A transmissão dos bens imobiliários aos descendentes directos faz-se no geral com partilha igualitária das heranças, independentemente dos lugares de residência e das profissões exercidas pelos herdeiros. As estratégias patrimoniais variam todavia de herdeiro para herdeiro, segundo os seus projectos de vida e as expectativas a prazo do mercado fundiário. Muitos dos herdeiros directos dos agricultores procuram conservar as suas heranças, nomeadamente os que residem no local e são agricultores, mas também os que têm profissões a título principal nos sectores secundário e terciário e residência nos centros urbanos regionais.

As práticas dos espaços rurais pelas famílias urbanas proprietárias de bens fundiários ou apenas imobiliários são variadas: as suas deslocações são mais frequentes ou mais raras, as suas presenças mais prolongadas ou mais fugazes, as suas integrações nas sociedades locais mais ou menos aprofundadas. As famílias que residem perto vêm frequentemente, enquanto as que residem longe o fazem menos vezes ou muito raramente, e muitas das que possuem apenas casa regressam quase só nas férias. Mas os comportamentos também diferem consoante a condição na profissão, que permite maior ou menor liberdade de horários e de prolongamento de fins-de-semana.

Às anteriores correntes de êxodo agrícola e rural tendem assim a corresponder laços diversos entre as áreas de origem e as de fixação de residência, uns materializados na posse de bens imobiliários e nos fluxos, nos dois sentidos, que lhes andam associados, alguns outros tendo apenas como base recordações e afectos.

#### **4. Assentos de lavoura que não são mais habitados em permanência**

Conforme informação do Recenseamento Geral da Agricultura de 1999 (INE), em quase todas as explorações, mesmo nas pequenas e muito pequenas, em termos de áreas ou de margens brutas, existem casas de habitação. Trata-se de habitações de diferentes idades, mas cerca de 1/3 ou mais têm menos de 30 anos (emigração e investimentos imobiliários das poupanças; «rurbanização» profissional das famílias agrícolas; urbanização dos campos);

inversamente, as de 50 anos e mais representam menos de 2/5 do universo. Já então a electricidade chegara a quase todas as explorações, do norte ao sul e mais ainda nos Açores e Madeira. No que concerne a água canalizada, destacava-se o Algarve pela negativa, pois mais de 13% das habitações não dispunham desse bem; seguia-se o Alentejo, com 6%; eram também estas duas regiões que apresentavam habitações agrícolas menos dotadas de instalações sanitárias, no que eram seguidas por Trás-os-Montes e Beira Interior.

Estes patrimónios imobiliários agrícolas eram largamente subutilizados, já que não habitados pelas famílias que cultivam as explorações em que se inserem. A residência na exploração apenas era frequente no Entre Douro e Minho, na Beira Litoral, no Algarve e na Madeira, espaços fortemente povoados. Mesmo nas habitações mais novas, de menos de 30 anos, a ocupação residencial era apenas moderada; a residência na exploração era menos frequente nas habitações com 30-50 anos do que nas de 50 e mais, talvez por estas serem em muitos casos pertença e residência de pequenos camponeses pobres e idosos, sem outros horizontes de vida.

As habitações agrícolas dotadas de comodidades básicas mínimas e que não são residência habitual dos produtores, podem ser encaradas como residências secundárias dos mesmos, efectivas ou potenciais: muitos agricultores que não emigram, optam por outros espaços de residência, muito provavelmente pelo menor isolamento físico e sobretudo social e pela maior acessibilidade aos locais de exercício das suas actividades principais, marcadamente terciárias e urbanas, a pluriactividade sendo muito comum. A continuação da exploração depende então largamente da continuação do acesso a determinados subsídios, mas depende também das dinâmicas dos mercados de emprego não agrícola, nomeadamente regionais.

Apenas para alguns destes produtores agrícolas pluriactivos, os trabalhos de cultivo serão formas agradáveis de ocupação dos tempos livres e as habitações das suas explorações os alojamentos preferidos para fins de semana e férias, num regresso periódico às raízes no que respeitava a espaços e modos de vida. Para grande parte dos universos agrícolas de hoje, e mais ainda para as gerações que lhes sucederão, os trabalhos do campo não divertem e os patrimónios imobiliários das explorações herdadas têm valores cada vez menos agrícolas e cada vez mais apenas ligados a usos de lazer e turismo.

As estratégias geracionais diversificam-se e sobretudo mudam, tanto nas migrações internas como na emigração: a primeira geração que parte e que ingressa no sector secundário ou na base do terciário (trabalhadores da construção civil e do comércio, motoristas, contínuos) valoriza o retorno ao património familiar (habitação, courelas e quintais, pequena agricultura), se necessário com o investimento das poupanças de toda uma vida; os seus descendentes ou os migrantes mais novos e instruídos, que alcançaram outros escalões socioprofissionais urbanos e são mais racionais do que emotivos nos seus investimentos, abandonam frequentemente as velhas heranças e constroem ou adquirem residências secundárias em espaços urbanos e acessíveis, por vezes apartamentos de férias nas principais cidades e nas estâncias litorais.

Muitos patrimónios são mantidos apenas pelo respeito pelas ‘economias’ dos pais e avós, matizado com a nostalgia da meninice e da adolescência, bem mais raramente pela possibilidade de um retorno periódico ou de um regresso definitivo, ainda como activos (pequeno negócio) e sobretudo quando já reformados. Com os novos equipamentos e serviços sociais, polarizados logicamente pelas vilas e aldeias mais importantes, a velhice é aqui mais fácil e menos só, entre conhecidos de longa data, com recordações comuns, do que em qualquer apartamento suburbano, mas não na maioria dos pequenos lugares ameaçados de despovoamento a breve trecho e que não foram entretanto descobertos e valorizados por uma procura essencialmente alógena e neo-rural.

Esta procura pode, todavia, inverter minimamente algumas tendências de abandono, como nas aldeias de xisto da Serra da Lousã, estudadas por Fernanda Cravidão (1989), ou em lugares dos concelhos de Odemira e Aljezur, que vêm sendo procurados por neo-rurais ecologistas, sobretudo alemães e holandeses. Junta-se-lhe, mais recentemente, a procura residencial de imigrantes de Leste que, por exemplo, estão a repovoar certas regiões do Alentejo, atenuando os efeitos de declínio demográfico e envelhecimento prolongados e suprimindo faltas de mão de obra na construção civil, agricultura, trabalhos domésticos.

## 5. Alojamentos de uso sazonal e de ocupante ausente/residências secundárias

Os últimos recenseamentos de população do passado século incluem cálculos de alojamentos de uso sazonal e de ocupante ausente: os primeiros indiciam a posse de residências secundárias, qualquer que tenha sido o modo de acesso às mesmas e qualquer que seja a frequência de ocupação; os segundos sugerem ausências prolongadas dos seus ocupantes por motivos profissionais, presenças pouco frequentes, uma vez por ano ou nem isso.

Em 1981 computaram-se 184 mil residências de uso sazonal e em 1991, 377 mil, que equivalem a 9% e 12% das famílias residentes. Em 1981 também foram computadas 239 mil residências com ocupante ausente e em 1991, 281 mil, ou seja, 8.2% e 9.2% do total. No conjunto, as residências de uso sazonal e as de ocupante ausente envolviam 14.5% dos totais de alojamentos em 1981 e 21% em 1991.

Em termos relativos, as residências de uso sazonal aparecem bem representadas por todo o país a sul do Douro, embora com algumas clareiras, nomeadamente ao longo duma diagonal que se estende de Leiria a Almodôvar; em valores absolutos, releva-se o litoral do Algarve, o da Região de Lisboa e Vale do Tejo e o da Figueira da Foz a Caminha, em contraste com todo o Alentejo, Beira Interior Norte e Trás-os-Montes. No interior derivam muitas vezes de patrimónios rurais herdados por migrantes urbanos; bem mais raramente pertencem a cidadãos atraídos pelas paisagens, silêncios e tradições campestres. No litoral, traduzem a força da atracção do mar e da praia e o desenvolvimento de uma oferta muito abundante por parte dos promotores imobiliários. Quem pôde, investiu valores variáveis em bens imobiliários usados como residências secundárias, no essencial construções novas, que foram estratégicas pela resistência à erosão inflacionista.

Em 2001, o recenseamento indica conjuntamente o número de alojamentos de uso sazonal ou secundário. O seu número elevava-se a quase 900 mil, ou seja, 18,6% dos alojamentos ocupados, mas quase 40% no Algarve. No período de 1991-2001 os valores computados cresceram 25,9%. Os acréscimos foram generalizados, embora mais acentuados no Algarve (29,7%) e na região Norte (29,2%). Por NUT III e para 2001, relevam-se, por um lado, e uma vez mais, as áreas de êxodo/emigração e, por outro, as de mais forte procura turística. A norte do Tejo, incluindo convencionalmente a península de Setúbal, os valores absolutos apresentam um padrão muito semelhante (malha e volumes) ao das residências com ocupante ausente de 1991, enquanto a sul do Tejo o padrão repete no essencial o das residências de uso sazonal de dez anos antes.

A disponibilidade de dupla residência foi sobretudo valorizada quando o apartamento urbano era alugado e antigo e se pagavam rendas baixas, as taxas de inflação eram muito elevadas, as actualizações dos valores prediais raras e pouco significativas, além de que em termos fiscais muitas residências secundárias foram declaradas como principais, beneficiando conseqüentemente das respectivas isenções, e também de facilidades de crédito. A alternância de residência é mais atraente quando os filhos são adultos e quando os lugares em que aquelas se situam são dotados de equipamentos sociais, serviços básicos,

vida local, animação e transportes colectivos regulares: vilas e aldeias ou estâncias turísticas, em detrimento da dispersão e do necessário recurso a prestações ambulantes quanto a comércio e serviços.

Dadas as reduzidas dimensões do território nacional e a proximidade de qualquer parcela deste relativamente a cidades importantes ou de média dimensão, sobretudo com a construção das modernas estradas, a dispersão espacial das residências secundárias é potencialmente enorme, e contrariada menos pelo tempo de deslocação do que pelos custos ou pelos projectos de utilização regular nos fins-de-semana ou durante largas temporadas. Nuns casos ligam-se aos territórios das raízes e dos afectos, mas noutros a opções livres, ponderadas, sobre os usos dos tempos de ócio, dos lazeres ao turismo.

O «habitar» residências secundárias (ou mesmo residências múltiplas) induz muitas migrações definitivas e a passagem de algumas delas a residências principais, entre famílias activas mas sobretudo entre populações reformadas, em que aliás se integram muitos dos estrangeiros residentes no Algarve.

## 6. Densidades demográficas variáveis

Vimos que, em 2001, foram computados no Continente 897.280 alojamentos ocupados de uso sazonal ou secundário, contra 3.410.548 de residência habitual, ou seja, os primeiros representavam 18,6% do total dos alojamentos ocupados: o valor mais alto registava-se no Algarve, seguido por valores ainda altos, superiores a 20%, na região Centro e no Alentejo. A repartição espacial do volume global dos alojamentos ocupados de uso sazonal ou secundário relega, todavia, para posições secundárias o Alentejo e o Algarve e destaca as regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, a que cabiam mais de 80% destes alojamentos.

Se admitirmos que, em média, os alojamentos de uso sazonal ou secundário são ocupados um mês por ano por famílias com composição semelhante às residentes, teremos o equivalente a fluxos médios da ordem de 75 mil famílias e de 250 a 300 mil habitantes/consumidores permanentes. Se admitirmos que as taxas de ocupação estival das residências não habituais se aproximam dos 100%, induzimos que temporariamente, e pelo menos em Agosto, as densidades das áreas de residência habitual registam diminuições significativas; mas inversamente, nas áreas onde se situam os alojamentos de uso sazonal ou secundário, com larga representação dos concelhos rurais, registam-se aumentos consideráveis de presenças humanas e a reanimação da vida social e da actividade dos estabelecimentos comerciais, oficinas e dos serviços.

Estes valores dão-nos também as ordens de grandeza dos fluxos turísticos não comerciais que escapam em grande medida às estatísticas oficiais de turismo. Assim, se admitirmos taxas de ocupação de 100% no mês de Agosto, o das férias ainda «grandes», e grupos de 3-4 pessoas por alojamento de uso sazonal ou secundário, teremos um fluxo da ordem de 400 mil pessoas e o duplicar da população residente no Algarve, embora sem grande atenuação das assimetrias intra-regionais de densidade na medida em que a distribuição destas residências privilegia de igual modo o Baixo Algarve, do litoral e do barrocal, em detrimento da Serra.

Desçamos na escala de análise espacial e considerem-se, a título exemplificativo, algumas NUTS III claramente rurais e marginais onde os alojamentos ocupados de uso sazonal ou secundário representavam mais de 28 % dos alojamentos ocupados: Douro 28,6%; Alto Trás-os-Montes 32,4%; Pinhal Interior Norte 29,4%; Pinhal Interior Sul 35,8%; Beira Interior Norte 34,1%; Beira Interior Sul 33,6%. A elas convergem fluxos



de férias, verdadeiros fluxos de turismo pelas permanências longas, incidentes em espaços rurais que habitualmente não são valorizados nas estatísticas e nas estratégias oficiais de desenvolvimento e promoção do turismo.

Estes fluxos representam uma procura que escapa ao alojamento turístico comercial mas não escapa à restauração e à animação turística, constitui mesmo uma base fundamental para o seu desenvolvimento e viabilização a nível local. Cabe aliás a estes tipos de alojamento grande parte das dormidas dos turistas residentes em Portugal, como dos portugueses emigrados no estrangeiro e fazendo férias (Verão, Natal) em Portugal, nas aldeias de origem, nas vilas e cidades da região ou noutros lugares que se afirmaram mais atractivos para os seus investimentos imobiliários, para as férias ou para o regresso dos próprios e dos descendentes.

Assim sucede em Arcas, um lugar da freguesia de Sever (Paulo Moura e Miguel Madeira, *Verão na Aldeia. Regresso à terra do demo*, Pública, 04/09/12, p. 30) «De perto, coberta de pedras e pinheiros, a terra tem o rosto crispado da intempérie. É infértil, inútil, couraçada e surda. Não corresponde o amor dos seus filhos e eles fogem (...). Ninguém imagina como era a vida aqui, há 30 ou 40 anos. Havia fome (...). Sentíamos que não éramos ninguém (...). No Verão, vêm a Arcas para a festa, sempre (...). Amam a sua terra ao longe. Visitam-na, em Agosto (...). É de lá, da França, do Luxemburgo, da Suíça, da Alemanha, que amam a terra que ignorou a sua devoção milenar e submissa. Amam-na como a uma relíquia, uma imagem sonhada (...) e talvez por isso nunca e reencontrem (...). Para eles o Verão é uma época ritual. Vêm representar uma ilusão. Viver na aldeia com os recursos que apenas possuem porque deixaram a aldeia. Vêm todos os anos. Nunca falham. Pouco importa que a aldeia seja imaginária e que a realidade que vivem seja um mito. Não falham, com uma condição: que haja festa (...). Aqui, na Beira Alta, como por todo o Portugal interior e pobre, há festas de arromba em todas as aldeias e vilas (...). Maiores ou menores, consoante o número da população, a sua riqueza ou a sua vontade de (afirmação). A festa é uma demonstração de poder, de vitória sobre a pobreza. Há competição entre as famílias e entra as aldeias (...).

Arcas (...), não tem mais de 300 habitantes, durante todo o ano. Em Agosto reúne milhares de pessoas na festa (...), que dura quatro dias seguidos (...). A festa da aldeia serve para o reencontro das várias gerações, promove o encontro da grande família (...). Os que partiram nas décadas de 60 e 70 não perderam os valores tradicionais, partiram apenas para ganhar dinheiro. Os que foram em 80 e 90 têm outra mentalidade (...). Muitos já não casam com portugueses e já não passam as férias todas na terra. Passam por lá, mas partem para Fátima e depois para o Algarve».

A ocupação pelo menos estival destes alojamentos, pelo volume dos fluxos e sobretudo pelo seu significado relativo, atenua sensivelmente os efeitos do êxodo e das perdas demográficas cumulativas que se têm vindo a registar ao longo de decénios sucessivos, nas regiões rurais mais marginais e repulsivas, nos seus múltiplos significados sociais, económicos, culturais e patrimoniais. Os afluxos volumosos de consumidores dinamizam procuras locais de bens e serviços, com especificidades próprias, e contribuem significativamente para o desenvolvimento local e para a inversão dos processos de abandono. Aqui e ali reconhece-se o significado destas procuras para a viabilidade económica das pequenas empresas locais e adaptam-se ofertas e horários às exigências destes novos consumidores. Tais procuras devem ser consideradas em todas as estratégias de desenvolvimento dos meios rurais. Aliás, o turismo tem vindo a ser valorizado pela generalidade dos autarcas como motor ou como suporte do progresso económico e social sustentável dos seus espaços de intervenção.

## 7. A procura de residências secundárias por estrangeiros e a internacionalização dos meios rurais

Neste processo de apropriação de residências secundárias nos meios rurais participam muitos estrangeiros, nomeadamente oriundos dos países da Europa do Norte, que escolheram Portugal para aqui passar regularmente as suas férias, em casa própria, e depois para viverem as suas reformas.

Algumas regiões do país destacam-se pelos volumes de estrangeiros residentes e também pelo seu peso na população total, que ronda ou ultrapassa 10% na Grande Lisboa, na Península de Setúbal e no Algarve. É certo que muitos residentes com nacionalidade estrangeira parecem filiar-se na emigração portuguesa dos decénios precedentes, como os franceses, suíços e alguns alemães, ou em relações de vizinhança ao longo da fronteira, no caso de espanhóis; muitos outros são imigrantes, os africanos, os brasileiros e os oriundos da Europa de Leste tendo sido atraídos pelas oportunidades de trabalho e de ganhos.

Entre os estrangeiros da Europa Ocidental residentes em Portugal integram-se, todavia, muitos dos que chegaram primeiramente como turistas e que mais tarde aqui adquiriram ou fizeram construir habitações e desenvolveram modos de vida complexos, pendulares entre dois ou mais países, para por fim aqui fixaram residência. Em termos de turismo, estas presenças e estas opções exprimem a atracção externa dos lugares e são elementos de difusão de imagens fortes junto de outros potenciais visitantes, residentes e investidores.

Alguns destes europeus elegeram os meios rurais como espaços de residência habitual e desenvolvem alguma actividade, com objectivos económicos ou simplesmente como hobby: formas de agricultura moderna e tecnicamente muito sofisticada e especializada como a floricultura ao ar livre e sob abrigos no Ribatejo ou nos campos do perímetro de rega de Odemira ou a fruticultura e floricultura em estufas no Algarve; criação de bovinos de leite e carne no Alentejo; agricultura biológica no Barlavento algarvio; agricultura muito tradicional, camponesa e sobretudo de autoconsumo; agricultura biológica; artesanato variado; exploração de alojamento e lazeres turísticos.

No Algarve, com efeito, muitos ingleses e outros europeus do Norte, além de presentes nos aldeamentos turísticos, com destaque para os de maior prestígio, como a Quinta do Lago, Vale do Lobo ou Vilamoura, dispersaram-se pelo interior rural, recuperando velhas habitações e construindo outras de raiz, umas modestas, muitas mais algo grandiosas. Alguns destes proprietários estrangeiros habitam as suas casas durante uma parte do ano e na outra cedem-nas a familiares e amigos; outros fixaram-se aqui em definitivo, desenvolvendo inclusivamente actividades rendíveis (Russel King & alii, 2000).

«O inglês F. veio para Portugal, há 20 anos, fazer produção de agridões e tornou-se o maior abastecedor do mercado britânico, para onde chega a exportar um avião por dia: 15 ha em Almancil, no Algarve, e mais de 200 ha no Alentejo, na zona de Odemira. Quando em 1970 visitou o Algarve, em férias, não fez como tantos outros ingleses, que se limitam a comprar uma casa de Verão, mas optou pela compra de terreno onde pudesse fazer crescer o agridão durante o Inverno, para exportar para a sua terra natal. No Algarve o agridão continua a ser a produção exclusiva, mas no Alentejo procede-se também ao cultivo de espinafre, rucola, coentro, salsa e hortelã, alfaces, batata primor e beterraba roxa» (Expresso, 03/07/19, adaptado).

Uma análise da presença de estrangeiros residentes no Algarve por freguesias confirma a atracção dos hinterlands rurais imediatos dos núcleos turísticos litorais mas também a de áreas rurais mais interiores e periféricas, do Barrocal, da Depressão Periférica e mesmo da Serra, designadamente a oeste, pelos concelhos de Monchique e Aljezur.

Nas freguesias costeiras e contíguas os estrangeiros residentes (todas as nacionalidades) não apenas são numerosos como pesam significativamente na população total, sobretudo nas não urbanas. Em muitas delas os estrangeiros representam mais de dez por cento da população residente, uns activos outros reformados. O predomínio percentual dos estrangeiros oriundos de países da UE é menos forte quando relevam as funções residenciais de imigrantes activos pouco qualificados, principalmente das ex-colónias e brasileiros, como em Armação de Pêra e Quarteira. Nos europeus destacam-se os ingleses no Centro e no Barlavento; nesta última região estão igualmente bastante bem representados os alemães; nalgumas freguesias do Centro é também importante a colónia residente de holandeses.

Nas freguesias rurais do interior constata-se que os ingleses predominam claramente nas do Barrocal e da Beira Serra; são secundados por alemães, também frequentes por todos estes espaços rurais e largamente maioritários nas freguesias montuosas e xistentas orientais; as colónias holandesas apresentam pesos relativos bem menores e mais regulares, se excluirmos algumas freguesias serranas e pobres do Algarve ocidental, justamente as mais procuradas por neo-rurais alemães e holandeses imbuídos dos sistemas de valores do Maio de 1968.

## 8. Os espaços rurais como espaços de «habitar» turístico

O turismo, conceito relativamente impreciso na própria definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), é aqui entendido apenas como migração de lazer com duração superior a 24 horas. Neste sentido, não é novo nos espaços rurais. Basta recordar, para os finais do século XIX, o retorno anual das elites urbanas e fundiárias às suas quintas para retemperamento ou prática de actividades desportivas de caça ou equitação, prolongando tradições seculares.

Ao longo do século XX, mas sobretudo desde os anos 60, o turismo difundiu-se das classes altas para as classes médias, tornando-se fenómeno de massa, e as funções recreativas das áreas rurais diversificaram-se e difundiram-se social e espacialmente, passando a envolver grupos sem patrimónios fundiários e espaços rurais sem prestígio social nem significado particular no quadro do climatismo estival.

«Entre um denso pinhal, vamos encontrar o Palácio do Alfeite, o Real Paço que terá sido mandado construir em 1758 pelo Infante D. Pedro, filho de D. João V, sobre outras edificações que desde o século XVI existiam no local (...). Residência de veraneio, recreio e convívio da família real (...); o edifício é imponente e majestoso ( ); a quinta tem cerca de 300 ha e uma imensa mata (...). Um dos atractivos do local era a abundância de caça brava (...). A sua localização, junto ao rio Tejo, permitia desfrutar de uma vista privilegiada (...). A enobrecer este património, conta-se ainda o jardim que apresenta um conjunto de árvores centenárias oriundas dos mais diversos pontos do mundo. A história da Quinta do Alfeite remonta aos primórdios da nacionalidade e tinha então o nome de Quinta da Penha» (Expresso, 02/05/25).

Actualmente, a sociedade é bem mais urbana, pela residência, pelo trabalho e pelos valores e comportamentos. Nela afirmam-se princípios ideológicos de preservação da «natureza», de inspiração ecológica ou simplesmente estética, e de valorização patrimonial e cultural, de inspiração histórica, antropológica e etnográfica. Estes últimos têm particular relevância quando estão em causa espaços em vias de abandono e desertificação, marginalizados pela agricultura. A patrimonialização natural e cultural, no geral, marginaliza os espaços mais produtivos do ponto de vista agrícola e mais acessíveis e valoriza os mais pobres e marginais.

Neste novo quadro das relações rurais - urbanas a procura turística dos espaços rurais e também dos espaços tidos como mais naturais reafirma-se e diversifica-se: nos destinos frequentados, nas modalidades de alojamento utilizado, nos ritmos e temporalidades e nas próprias práticas turísticas. Com as novas formas de turismo em espaços rurais e naturais desenvolvem-se, na verdade, por parte das populações urbanas, novas relações simbólicas e materiais com a natureza, novas práticas dos espaços, contactos com as populações locais mais frequentes e não menos intensos, presenças ainda de simples repouso e até mesmo contemplativas mas cada vez mais também essencialmente activas, pedagógicas e desportivas.

Assim, muitos espaços rurais vão sendo integrados em fluxos turísticos formais, amplos e complexos: no volume, na composição social, nas distâncias entre áreas emissoras e receptoras, nas motivações e práticas turísticas, nas temporalidades anuais ou semanais, nos consumos materiais e imateriais, nos impactos. O campo é idealizado pela qualidade do ambiente e dos modos de vida, envolventes verdes, mais ou menos «selvagens», ritmos calmos e naturais, silêncios, condições de segurança e tranquilidade, relações interpessoais e solidariedades fraternas. Ao mesmo tempo, a ocupação anual e a funcionalidade de muitas residências secundárias como espaços informais de férias complicam-se, com a habitual cedência por períodos curtos a familiares e amigos e mais ainda com os alugueres sazonais a terceiros, verdadeiros turistas.

«Nos últimos 4-5 anos (...), a beleza rude da costa vicentina (...) começou a atrair (...) os naturais da zona de Lisboa, com particular destaque para os da orla costeira, surfistas praticantes, arrependidos do capitalismo liberal, alguns antiprogressistas, outros mais empreendedores, quase todos espíritos livres e com energia para começar uma vida nova. Alguns destes novos residentes tornaram-se quase eremitas e fogem o mais que podem ao contacto com os mensageiros da civilização. São os que procuram os lugarejos mais inacessíveis da serra e uma vida de recolectores, possível num território quase inexplorado e (...) de presença humana rarefeita. No fundo, o que todos procuram é um paraíso feito à medida de cada um. Em Pedralva, uma aldeia perto de Vila do Bispo (...), vivem 14 portugueses e 24 alemães» (T. Miguel, Expresso, 02/08/10).

Entretanto, constata-se a afirmação de uma oferta comercial de alojamento turístico, restauração e actividades de lazer e animação, privada mas também autárquica, e algo profissionalizada, capaz de satisfazer estas procuras turísticas fragmentadas e difusas. Essa oferta é em parte ainda de raiz endógena e filiada em patrimónios construídos e subutilizados ou mesmo desocupados, dos solares a casas rústicas e anexos de lavoura, a escolas primárias sem alunos, casas de cantoneiros e abrigos de guardas florestais sem uso. É favorecida pelas novas condições de vida nos campos, aldeias e pequenas vilas, mas é sobretudo alimentada pela nova imagem do rural.

Estratégias de desenvolvimento com base em actividades de turismo em espaço rural são frequentes entre os empresários rurais melhor informados e mais dinâmicos, agricultores ou de outros sectores de actividade. Ganham mais relevo em contextos de maior desemprego feminino, até porque contam sobretudo com a hospitalidade das donas de casas e as suas capacidades de prestação diária de diferentes serviços de qualidade. A criação de alojamento turístico comercial em meio rural contou, aliás, com muitos apoios das políticas oficiais de turismo e de desenvolvimento rural e local e com vultosos subsídios a fundo perdido de origem comunitária.

Vejamos alguns exemplos:

«Tudo começou há 15 anos, quando decidiram mudar de vida e adquirir a Quinta Entre Rios, uma propriedade que data dos finais do século XVIII. Para o casal a mudança foi radical, não só pela experiência de recuperarem uma casa antiga como também por desenvolverem actividades novas para eles: a agricultura e o turismo. A Quinta Entre Rios passou a ser o grande projecto do casal. Assim, dos 300 hectares de terreno, 100 são aproveitados para floresta, 50 para olival, 20 para vinha (...). Mas se a agro-pecuária é a actividade principal (...), o turismo passou a ser a segunda (D.N., 04/01/17).

«O perfume que se liberta do medronho maduro, nos dias de vento norte, desce da Serra do Caldeirão, inunda as várzeas e atinge o largo da igreja, lá no cimo do monte (...). Situada na fronteira entre o barrocal e o Algarve profundo, a aldeia de Querença despertou, nos últimos anos, para o turismo rural. A oferta de alojamento ronda as 30 camas, distribuídas por três antigas habitações de agricultores. Ao nível da restauração, existem três casas que fazem questão de confeccionar as refeições com produtos provenientes das pequenas hortas dos vales verdes, cuidadas como se fossem presépios» (D.N., 04/01/17).

«As terras do Vouga e do Caramulo vão ser alvo de um projecto de desenvolvimento e revitalização da região. Uma acção que só é possível através da candidatura ao Programa Integrado Turístico Estruturante de Base Regional, PITER. Os promotores são as câmaras municipais de Águeda, Oliveira de Frades, Vouzela e Tondela. Estão previstas algumas iniciativas na área do turismo: construção de alojamentos e restauração; criação de espaços de lazer; recuperação e reabilitação do património; valorização de aldeias históricas; circuitos pedestres e construção de um parque de animação de aventura e natureza. Grande parte do capital vai para a construção de alojamentos turísticos: hotelaria tradicional, hotéis rurais, unidades de turismo em espaço rural e turismo de aldeia; outra parte destina-se à restauração. Também estão previstas a valorização das praias fluviais das bacias do Vouga e do Dão e a revitalização da linha do Vouga» (Expresso, 03/05/10, adaptado).

No que concerne ao alojamento turístico em espaço rural (TER) distinguem-se várias modalidades, bem definidas pela legislação: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, pequenos hotéis rurais, de carácter familiar, e parques de campismo rural, turismo de aldeia e casas de campo. Delas destacam-se pequenos segmentos com qualidades específicas e valor promocional, como os Solares de Portugal e as Aldeias de Portugal/Aldeias de Tradição. Desenvolvida desde os finais dos anos 70 de modo algo informal, em áreas rurais interiores sem alojamento hoteleiro alternativo, estimulada em seguida em áreas-piloto, com destaque para a região de Ponte de Lima, rica em edifícios senhoriais e com actores locais dinâmicos e pioneiros, a oferta TER foi depois ganhando volume, dispersão espacial e diferenciação.

A evolução da legislação veio a permitir a afirmação de unidades de maior dimensão, que pode alargar-se à dezena de quartos (1997) (30 quartos no caso dos hotéis rurais) e tem expressão na evolução da dimensão média dos estabelecimentos. De qualquer modo, a oferta TER é uma oferta pulverizada, de microempresas, familiar e artesanal, personalizada, que explora a distinção ou tipicidade da unidade, sempre diversa e pouco certificada. De notar ainda a difusão socialmente descendente das iniciativas, que já envolvem proprietários rurais modestos e com poucas capacidades de acolher turistas exigentes em contactos pessoais e enquadramento cultural.

Em 1985 contavam-se no Continente 121 unidades TER, com 939 camas; na viragem do século eram mais de 650 unidades e quase 6500 camas, sempre em edifícios com valor arquitectónico ou características regionais e locais; algumas unidades localizam-se nas Aldeias Históricas da Beira. Entretanto, outras foram sendo criadas nas Regiões

Autónomas: em 2001, no Guia Oficial do Turismo Rural, contam-se nos Açores, 12 unidades de turismo de habitação, 10 de turismo rural, 2 de agroturismo e 8 casas de campo; e na Madeira, 15 de turismo de habitação, 7 de turismo rural, 7 casas de campo e 1 hotel rural.

Um exemplo: «Argonauta, casa recuperada por um jovem italiano de Bolonha que há 12 anos visitou a ilha do Faial e ficou rendido aos seus encantos e aos dos Açores: mar, beleza natural, tranquilidade. Era uma casa antiga e apalaçada, das mais importantes do lugar, a Fajã Grande, e com memórias ligadas à caça da baleia. A casa foi remodelada com todo o cuidado, mantendo a traça. Para rendibilizar o dinheiro investido, o novo proprietário converteu-a numa unidade de Turismo de Habitação. Há 12 anos outros 7 estrangeiros tinham já adquirido casas na ilha das Flores; em 2002, são mais de uma centena aqueles que trocaram a sua terra natal por um pedaço de terra num dos paraísos escondidos do Atlântico» (Expresso, 02/06/29, adaptado).

Assim, nos meados dos anos 90, a repartição espacial do TER releva, para o Continente, o Noroeste e a Beira Alta, muito embora já existam algumas unidades dispersas pelo Vale do Douro vinhateiro, Beira Litoral, Oeste, todas ricas em quintas e casas apalaçadas, Alto Alentejo e Alentejo Central, associadas a montes, e Algarve. Desde então surgiram muitas outras unidades e novas modalidades, ajustadas a condições diferenciadas de criação da oferta, compatível com a não residência dos proprietários das mesmas, como as casas de campo e o turismo de aldeia, mas o padrão geral de distribuição manteve-se.

Na Beira, «F., empresário hoteleiro da Madeira, está a comprar pouco a pouco uma aldeia, a da Anta, perto de Lamego, já sem moradores mas ainda regularmente visitada pelos pastores, para aí criar um museu vivo que reproduza os modos de vida tradicionais: o objectivo é recuperar algumas casas e transformá-las em oficinas artesanais, e fazer com que os terrenos sejam de novo cultivados, dar vida à Anta. Só depois é que se podem arranjar umas casinhas para turistas. Ouvi dizer que ele anda para aí a tentar comprar casas na Anta, não sei que graça é que ele encontra a isto. Muitos já venderam, não foram aqui criados, não têm amor a isto. Durante o dia, Anta tem sempre muito pessoal e gado; à noite é que vamos para baixo, para Mazes, onde está a igreja, a escola, as casas com lareira, algumas com electricidade, o clima mais temperado. Na Anta estão os terrenos mais produtivos, o melhor pasto, as casas de pedra para guardar o feno e os animais, os Invernos demasiado rigorosos, o ar mais puro, o silêncio. As recordações. Um cheiro requintado de natureza chega até ao nariz: feno, giestas, terra, estrume, malmequeres. As casas estão muito velhas. Degradadas. No Verão, Anta enche-se de sol quente, no Inverno, de neve. É agreste, quase virgem (Expresso, 03/07/12, adaptado).

À Costa Verde, que inclui o Alto Minho, coube, ao longo dos anos 80 e 90, um pouco mais de 1/3 das unidades TER; e à Região Norte, no início deste século, 45% dos estabelecimentos e 44% das camas, segundo o Guia Oficial do Turismo Rural, que não inclui a totalidade das unidades tradicionais de TER nem o Turismo de Aldeia. Quanto às casas de campo, estariam já em funcionamento, segundo esta mesma fonte, 4 na Região Norte, 12 na Região Centro, 5 no Alentejo e uma no Algarve. Continuavam escassos os hotéis rurais (3).

No seu todo, a oferta TER permanece pouco volumosa e muito pouco significativa, mesmo irrelevante, quando comparada com a capacidade global de alojamento hoteleiro do Continente: cerca 2,8%, a que correspondiam apenas 0,5% das dormidas, valor a considerar certamente por defeito. A sua importância turística ganha todavia dimensão quando apreciada a nível regional e local, já que se afirma em áreas onde a oferta da hotelaria permanece reduzida e de pouca qualidade, e em muitas delas nem mesmo existem pousadas e estalagens ou apenas residenciais.

No que concerne ao turismo nas áreas protegidas, que no essencial são rurais, tradicionalmente agrícolas, pastoris e florestais, relevam-se maiores preocupações de preservação dos recursos naturais, de prestação de serviços de interpretação e educação ambiental e de promoção de desportos de natureza. Na oferta de alojamento juntam-se às casas e empreendimentos de TER, as Casas de Natureza, nas modalidades casas-abrigo, casas-retiro e centros de acolhimento, igualmente bem definidas pela legislação (1999). Na oferta de serviços de animação são de igual modo valorizados o contacto com culturas e produtos locais, a gastronomia, o artesanato, o património histórico, para além do património natural e das paisagens, que compõem um produto turístico integrado e diversificado.

Do turismo espera-se, nestes espaços protegidos tal como no caso do TER, a preservação dos valores naturais e construídos, em que se incluem abrigos de pastores, moinhos e azenhas, pombais, muros de pedra, apiários, etc., a dinamização da vida cultural, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a atenuação das assimetrias regionais, a criação de empregos, o desenvolvimento sustentável.

Além do alojamento, o turista em espaços rurais e naturais consome com efeito outros bens e muitos serviços comerciais de natureza diversa, cuja oferta enriquece o produto turístico e constitui oportunidade de negócio para as populações residentes, e inclusive as famílias e explorações agrícolas: restauração, com base na gastronomia regional, desenvolvimento de produções com valor económico, muito menos agrícolas e estas com valor acrescentado, informação diversa, em particular a referente à região, serviços de deslocação/circulação e lazeres variados.

Na verdade, não basta oferecer ambientes de interior e serviços domésticos com qualidade. Por isso, muitas unidades de TER dispõem para uso dos seus turistas de salões de jogos, ginásios, piscinas, saunas e solariums, campos de ténis, canas de pesca, canoas e barcos, bicicletas, cavalos, minigolfe; outras organizam passeios com acompanhantes conhecedores dos locais a visitar, motorizados, a cavalo ou pedestres, assim como circuitos temáticos (rotas do vinho, do azeite, do pão, dos contrabandistas, etc.) ou mesmo actividades desportivas e de aventura ao ar livre e com monitores credenciados.

Muitas outras unidades de turismo em espaço rural associam-se entre si e com instituições e empresas locais em busca da dimensão mínima crítica que permita investimentos vultosos em equipamentos de manutenção dispendiosa, como as zonas de caça turística, os centros de equitação e os campos de golfe, além das próprias centrais de reserva, que são básicas para o seu funcionamento diário, em particular no que respeita aos contactos directos com potenciais clientelas, nomeadamente as estrangeiras.

A concluir, sublinhamos que:

a) A existência estatística de grande número de residências secundárias deve ser interpretada num quadro que envolve, por um lado, um povoamento rural e camponês denso e tardio, quando comparado com outros países da Europa ocidental, as mudanças na apropriação e nos usos sendo actuais; por outro, a atracção dos países do sul da Europa para aquisição de residências secundárias, nas urbanizações de maior prestígio turístico e nas áreas não distantes destas, dotadas de suficientes infraestruturas, equipamentos e serviços vários e onde é bem mais barato adquirir casa e terreno envolvente que garanta a privacidade e o sossego desejados.

b) Existem importantes patrimónios imobiliários de base agrícola subutilizados ao longo do ano, cuja função residencial se mantém associada à agricultura, mas uma agricultura de pequena escala e a tempo parcial, por vezes mesmo dos tempos livres e até

de ócio; a sua continuidade como residência, também a tempo parcial, destes agricultores depende largamente das dinâmicas dos mercados fundiários e imobiliários e dos preços oferecidos; para a actual geração proprietária estes patrimónios ainda são apreciados, tendo por base os valores praticados nos anos 70 e 80, em contextos de forte pressão inflacionista e de grande procura imobiliária por parte das recentes gerações de emigrantes.

c) Nalgumas áreas rurais descobertas e valorizadas como espaços de residência a tempo parcial por urbanos com valores culturais ruralistas, ambientalistas e tradicionalistas, e mais ainda por estrangeiros dos países da Europa ocidental, o património imobiliário rural subutilizado ou mesmo vago, é largamente expectante e os usos do fundiário permanecem congelados pelas delimitações das RAN e REN; a continuidade da apropriação pelas gerações rurais mais ou menos agrícolas parece assim bastante dependente de oportunidades de valorização mercantil, tanto mais que as casas foram beneficiadas pelas novas infraestruturas colectivas, como redes de abastecimento de água, esgotos, caminhos de acesso, e as delimitações das áreas protegidas não são tidas como eternas e, aliás, vêm sendo frequentemente contestadas nos meios de comunicação de massa; noutros casos, a continuação da apropriação é claramente passiva, a conservação da terra e das casas é mínima e os seus usos apenas ocasionais, que a prazo acabarão no total abandono, como vem sucedendo com muitos outros casebres que pontuam antigos montes e lugares dos campos mais repulsivos e isolados, onde os êxodos definitivos foram mais precoces.

d) As novas procuras de raiz urbana, nacionais e externas, podem viabilizar projectos diversos de recuperação do casario de lugares e aldeias, reutilização do mesmo por funções residenciais e complementares, a ocupação sendo mais ou menos regular ao longo do ano, conforme a localização das residências permanentes das novas famílias proprietárias, próxima ou bem distante, os seus modos de vida e as suas estratégias face a estes patrimónios, de simples bem de consumo ou também como fonte de rendimento obtido através de alugueres por curtos períodos; semelhante evolução implica, todavia, a existência de população residindo em permanência nas proximidades, mesmo no local, como prestadora e serviços de manutenção dos espaços e equipamentos comuns, de serviços de vigilância e guarda e de apoio aos que afluem e permanecem poucos dias, como na evolução para turismo de aldeia; nalguns casos, pela proximidade de centros urbanos dinâmicos, tais aglomerados renascidos evoluem para subúrbios de residência permanente de famílias que trabalham na região e mesmo nas próprias cidades, sobretudo quando os equipamentos de lazer colectivo garantem prestígio social, e a promoção comercial seleccionou os futuros compradores e residentes.

e) Por outro lado, uma nova procura turística alógena claramente comercial e de raiz urbana, nacional e estrangeira, começa a incidir visivelmente nos espaços rurais do litoral e também do interior: abrange, com efeito, todos os tipos de espaços e todos os tipos de alojamento turístico, dos solares e quintas às casas rústicas, aos montes e casas de aldeia. Esta nova procura vem reforçar a complexidade dos modos de «habitar» o território e os processos de diferenciação das densidades humanas, também elas com ritmos vários ao longo da semana, do mês ou do ano. Aos alojamentos ocupados de uso sazonal ou secundário cabem efectivamente densidades de população complexas, no tempo e nas suas composições, populações mais ou menos radicadas ou instáveis e que desenvolvem laços muito variáveis com estes patrimónios e espaços, intensos e afectivos quando proprietários e residentes, mesmo se a tempo parcial; as relações com os territórios são algo fugazes quando se trata apenas de turistas e menos ainda se de turistas pouco fidelizados.

Não obstante a existência destes espaços com tendência para o vazio funcional em termos de habitar, no seu sentido mais lato, o turismo em espaço rural, tomado em todas as suas modalidades de alojamento, das residências secundárias às diferentes modalidades



de específicas do TER e à hotelaria convencional, figura cada vez mais generalizadamente nas estratégias de desenvolvimento regional e local, muitas vezes sem prévia avaliação objectiva e comparativa dos recursos, dos impactos sociais, ambientais e culturais, dos possíveis nichos de mercado e dos meios para os alcançar, atrair e fidelizar.

Em suma, as relações das populações com os espaços rurais complicam-se, perdem estabilidade e continuidade, envolvem as diversas formas de habitar, alargam-se a distâncias muito variadas, pelas novas condições de mobilidade, mas tendem a deixar à margem largas extensões apenas percorridas, atravessadas.

\* Estes temas foram por nós desenvolvidos em capítulos próprios no volume III da Geografia de Portugal, obra em 4 volumes, coordenada por Carlos Alberto Medeiros e editada pelo Círculo dos Leitores, que se encontra no prelo.

## BIBLIOGRAFIA

- AMIROU; Richard et BACHINON; Philippe (direction), *Le tourisme local. Une culture de l'exotisme*, Paris, L'Harmattan, 2000.
- BONTRON, J.-Claude, «Les nouvelles mobilités» in *La France des temps libres et des vacances*, L'Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 133-138.
- BONTRON, J.-Claude e MOREL-BROCHET, A., «Tourisme et fonctions récréatives: quelles perspectives pour les espaces ruraux?» in *Repenser les campagnes*, Éditions de l'Aube, Datar, 2002, pp. 173-193.
- CALDEIRA, Maria José, *Residência Secundária na Área Metropolitana de Lisboa. Outros espaços outras vivências*, tese de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1995.
- CAVACO, Carminda, "Turismo rural e desenvolvimento local", in *As Regiões de Fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, CEG, EPRU 43, 1995, pp. 351-401.
- CAVACO, Carminda, "Rural tourism: the creation of new tourist spaces", in MONTANARI, A; WILLIAMS, A (eds.) - *European Tourism. Regions, Spaces and Restructuring*, Chichester, John Wiley&Sons Ltd, 1995<sup>a</sup>, pp. 127-149.
- CAVACO, Carminda, "Turismos de ontem e de amanhã", in *Turismo. Uma actividade económica*, Economia e Prospectiva, 1-4, 1996, pp. 61-78.
- CAVACO, Carminda, "Turismo rural e turismo de habitação em Portugal", in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU 50, 1999, pp. 293-304.
- CAVACO, Carminda, "O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal", in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU 50, 1999a, pp. 281-293.
- CAVACO, Carminda, "Turismo, comércio e desenvolvimento rural", in *Ecologia, lazer e desenvolvimento*, Santa Maria, EDUSC, 2000, pp. 69-94.
- CAVACO, Carminda, "O mundo rural português: desafios e futuros", in *Turismo Rural*, São Paulo, Editora Contexto, 2001, pp. 15-34.
- CAZES, George, "Les mobilités touristiques internationales», in *La planète 'nomade'. Les mobilités géographiques d'aujourd'hui*, Paris, Belin, 1998, pp. 77-92.

- CAZES, George; POTIER, Françoise, «Un ‘système vacancier’ français?» in *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 45-62.
- CLUZEAU, Claude; VICÉRIAT, Patrick (rapporteurs), *Le tourisme des années 2010*. «La mise en futur de l’offre», Paris, La Documentation Française, 2000.
- CRAVIDÃO, Fernanda, “A residência secundária da burguesia de Coimbra”, in *Cadernos de Geografia*, 8, IEG, Coimbra, 1989, pp. 133-163.
- GAUCHER, J. F., “L’évolution des résidences secondaires en Bretagne», in *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, 2002, pp. 139-148.
- IPI (2002), *Caracterização do Potencial Turístico do distrito de Castelo Branco*, Lisboa, IPI (Inovação, Projectos e Iniciativas) / NERCAB, Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, 2002.
- KING, Russel; WARNES, T.; WILLIAMS, Allan, *Sunset Lives. British Retirement Migration to the Mediterranean*, Oxford International Publishers Ltd., 2000.
- MOREIRA, Fernando João, *O Turismo em Espaço Rural. Enquadramento e expressão geográfica no território português*, Lisboa, CEG, Estudos de Geografia Humana e Regional B8, 1994.
- PERRIER-CORNET, Philippe (dir. d’ouvrage), *Repenser les campagnes*, Éditions de l’Aube, Datar, SECPB, 2002.
- POTIER, Françoise, «De l’évolution de la mobilité pendulaire à celle des loisirs» in *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 23-44.
- POTIER, Françoise, «La République du temps libre n’est pas une et indivisible» in *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 149-164.
- SANTOS, Maria da Graça, *A Residência Secundária no âmbito da Geografia dos Tempos Livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*, Coimbra, CCRC, 1996.
- VIARD, Jean, “Temps libres, loisirs, vacances et art de vivre: le triangle des Bermudes des sociétés modernes», in *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 5-22.
- VIARD, Jean, «Le temps libre ré-aménageur du territoire» in *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 209-227.
- VIAUD, J. (pres. Groupe de Prospective), *Réinventer les vacances. La nouvelle galaxie du tourisme*, Paris, La Documentation Française, 1998.
- VIAUD, J. (dir. d’ouvrage), *La France des temps libres et des vacances*, L’Aube, Datar, 2002.